

Contra o 0%! Pelos 11,6% na LDO! A greve continua!

Assembléia vota continuidade da greve por unanimidade

A Assembléia Geral da Adusp de 28/6, realizada no Auditório da História, tomou as seguintes decisões:

- 1) Continuidade da greve;
- 2) Publicação de matéria paga sobre o “golpe do Geraldo” – decreto nº 48.034/03;
- 3) Calendário de atividades:

3ª feira, 29/6:

10h – Reunião da diretoria e do Conselho de Representantes com o Reitor da USP no Ipen (encontro às 9h30, na sede da Adusp)

14h – Reunião na Assembléia Legislativa com deputados do PT

4ª feira, 30/6:

9h – Reunião conjunta de docentes, estudantes e funcionários para debater o movimento e fortalecer a luta

10h – Reunião da Comissão da LDO na sede da Adusp

14h às 18h – Audiência Pública sobre as universidades, no auditório Teotônio Vilela

5ª feira, 1/7:

10h – Assembléia geral da Adusp na Geografia

15h – Reunião com o Secretário de Ciência e Tecnologia, seguida de reunião do Fórum das Seis

4) Sobre o calendário escolar:

“A assembléia da Adusp entende que o calendário deverá ser redefinido, na medida em que o término do primeiro semestre e, conseqüentemente, o período de matrículas e o início do segundo semestre serão inevitavelmente adiados.

O detalhamento do novo calendário deverá ser feito após o término da greve, de modo negociado com os estudantes, funcionários e Reitoria. Deverá levar em conta as especificidades do trabalho em cada unidade, a necessidade de manutenção de recesso e dos diversos compromissos, principalmente de natureza acadêmica, previamente agendados.”



Daniel Garcia

Insistimos: há condições para negociações efetivas!

Comprometimento com Folha de Pagamento*

Reajuste	Mês/Ano	Mensal			Acumulado no Ano				
		TOTAL	UNESP	UNICAMP	USP	TOTAL	UNESP	UNICAMP	USP
	dez/03	96.51%	95.86%	97.86%	96.22%	91.28%	93.47%	94.72%	88.77%
0%	dez/04	79.76%	81.74%	82.98%	77.43%	85.63%	87.94%	89.48%	82.87%
4.37%	dez/04	83.49%	85.57%	86.87%	81.05%	87.96%	90.34%	91.91%	85.14%
9.41%	dez/04	87.80%	89.99%	91.35%	85.24%	90.66%	93.10%	94.71%	87.75%

(* Usou-se como folha de pagamento para os meses futuros aquela de jan-maio/03, acrescida do reajuste de 14,45% do ano passado, mais um crescimento vegetativo de 1,9%. Estimativa de arrecadação do ICMS atualizada até junho/04, avaliada em R\$ 33,17 bilhões.

Na reunião do dia 18/6 a intransigência do Cruesp ficou explícita de duas maneiras: primeiro, só negociariam se o Fórum das Seis apresentasse uma proposta que fosse do agrado dos reitores; em segundo, o restante da pauta de reivindicações só seria discutida depois do encerramento da greve. Estes são, evidentemente, os desejos do Cruesp e ouvimos esta conversa muitas vezes durante a greve de 2000. O movimento têm, é claro, condições de mudar esta situação, revertendo a

postura do Cruesp.

É importante registrar que desde do princípio o Fórum das Seis tem cuidado dos dois eixos que nos movem neste momento: reajuste na data-base e luta na Assembléia Legislativa pelo aumento da dotação orçamentária das universidades estaduais na LDO. Entendemos que este movimento, expresso em seus dois eixos, tem como norte fundamental a defesa da universidade pública em S. Paulo e não só a questão dos salários, muito embora este seja

um fator muito importante. Sem reajustes dignos e política salarial estão seriamente ameaçadas as condições de vida do corpo docente e técnico-administrativo das universidades, empurrando-os seja para fora da universidade, seja para esquemas de privatização e apropriação indébita do espaço e dinheiros públicos.

As estimativas elaboradas pelo Fórum das Seis, indicadas na tabela acima mostram que há condições efetivas de negociação. Com a palavra o Cruesp.

**Reunião de docentes,
alunos e funcionários
4ª-feira, 30/6, 9h
Gramado da Reitoria**

**Assembléia Geral
da Adusp
5ª-feira, 1º/7, 10h
Anfiteatro da Geografia**

Congregações apóiam reivindicações do movimento

Várias congregações têm aprovado manifestações de apoio às reivindicações do Fórum das Seis e à greve iniciada no dia 27/5. Publicamos nesta edição algumas delas

IME manifesta “preocupação e inconformismo com proposta de 0%”

“A Congregação do Instituto de Matemática e Estatística da USP manifesta sua preocupação e inconformismo com a proposta de reajuste de 0% e a falta de política salarial, conforme o Comunicado 03/2004 do Cruesp.

Consideramos que tal postura, por parte do Cruesp, pode trazer graves consequências para as condições de trabalho das universidades públicas do Estado e do Centro Paula Souza, condições estas que poderão ser agravadas pela política de expansão adotada por estas instituições.

A inflação acumulada entre abril do ano passado e abril deste ano foi, segundo o ICV-Dieese, de 4,37%. Recentemente, houve o confisco de 5% dos salários em decorrência da criação de uma contribuição adicional ao sistema previdenciário do Estado. Assim, apenas no último ano, ocorreu uma perda salarial de 9,59%.

Conforme amplamente divulgado pela imprensa, o atual quadro de sonegação e renúncia fiscais tem-se ampliado. Dessa forma, os setores de educação e saúde são, entre outros, fortemente prejudicados.

Toda essa situação aumenta a insegurança com o futuro da universidade.

Conclamamos o Cruesp a rever sua posição e propiciar um reajuste e uma política salarial que mantenham boas condições de trabalho na universidade pública, indispensáveis para a sua qualidade.”

ICB repudia “nova provocação do Cruesp”

“A Congregação do Instituto de Ciências Biomédicas, mais uma vez, vê-se indignada frente à situação de a Reitoria e o Cruesp mostrarem-se completamente insensíveis com a situação salarial dos docentes e funcionários da Universidade de São Paulo.

Frente à progressiva perda salarial ocorrida nos últimos tempos, acrescida do confisco de 5% pelo Governo do Estado de São Paulo, o Cruesp, com o apoio da Reitoria da Universidade de São Paulo, propõe o infamante “reajuste” de 0 (ZERO) %.

A Congregação do ICB, frente a essa nova provocação partida do Cruesp, interpreta-a como uma verdadeira afronta à Universidade Pública paulista que, mantida, causará, mais uma vez, uma nova onda de esfacelamento do nosso patrimônio humano.

Dessa maneira a Congregação do ICB, reunida no dia 28 de maio de 2004, manifesta-se frontalmente contrária à aceitação da proposta do Cruesp e apóia o movimento de paralisação iniciado ontem nesta instituição, reivindicando o reajuste de 16% para os salários.”

Psicologia apóia “justas reivindicações”

“A Congregação do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, em reunião extraordinária realizada em 31 de maio de 2004, aprovou moção de apoio às justas reivindicações de docentes e funcionários da USP que, não atendidas pelos órgãos competentes, levaram à deflagração da greve em andamento.”

Instituto de Geociências pede “que a Fazenda passe a arcar com recursos das aposentadorias”

“Com a edição do Decreto nº 47.835, de 21.03.2003, e da Lei Complementar Estadual nº 954, de 31.12.2003, ficou estabelecido que o Ipesp vincula-se à Secretaria da Fazenda e que o Ipesp passa a ser responsável pelas aposentadorias e pensões no nosso Estado. No entanto, embora as universidades reunidas no Cruesp tenham o ônus do repasse dos percentuais previdenciários arrecadados de docentes e funcionários e da sua cota correspondente, aos cofres públicos, não tem sido o Ipesp ou a Fazenda Pública que tem se responsabilizado pelo pagamento de nossas aposentadorias e pensões.

Hoje as aposentadorias respondem por cerca de 24% do orçamento da USP. Se esses recursos estivessem sendo repassados às universidades pela Fazenda, de modo complementar aos repasses ocorridos do ICMS, hoje não estaríamos experimentando a crise em curso, que não permite que as universidades façam frente às suas necessidades para pagamento de salários e custeio.

Desse modo, a Congregação do Instituto de Geociências manifesta sua preocupação quanto ao problema e solicita ao Reitor da USP que faça gestão junto ao Cruesp e às demais autoridades vinculadas, para que tomem as medidas necessárias para que a Fazenda Estadual passe a arcar com os recursos das aposentadorias, permitindo assim que a USP, Unesp e Unicamp venham a ter os recursos necessários para fazer frente à relevância do papel que essas instituições desempenham na sociedade paulista e brasileira.”

Faculdade de Direito solidariza-se com “reivindicação de recuperação salarial”

“A Congregação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em reunião ordinária do dia 24 de junho de 2004, após ampla discussão, houve por bem encaminhar moção ao Egrégio Conselho Universitário da Universidade de São Paulo para que este se empenhe em tomar, juntamente com o Magnífico Reitor, as providências cabíveis destinadas a resolver a atual situação de crise pela qual passa nossa Universidade.

Manifestamo-nos pela necessidade de manter-se um ensino público e gratuito de qualidade, devendo a Universidade de São Paulo, em razão de sua importância histórica e institucional, exercer um papel destacado na sociedade brasileira, inclusive na conquista e manutenção dos direitos sociais e na luta pela cidadania.

Declaramos solidariedade à reivindicação de recuperação salarial dos docentes e funcionários, bem como o apoio irrestrito à melhoria das condições de ensino e pesquisa na USP.

Por último, considerando a legitimidade do movimento, manifestamos preocupação com eventuais sanções.”

Milhares desafiam bloqueio de Alckmin

O governador Geraldo Alckmin (PSDB), aquele que “cuida de gente”, bem que fez o possível para barrar os manifestantes do Fórum das Seis, da rede pública de ensino, da Saúde e do sistema penitenciário. Na sexta-feira 25/6, eles dirigiram-se até o Palácio dos Bandeirantes para protestar contra os baixos salários que vêm recebendo e a intransigência e o pouco-caso demonstrados pelo governo estadual no trato das suas reivindicações.

A Polícia Militar agiu com a eficiência costumeira: o caminhão de som do Fórum foi bloqueado à grande distância, e os ônibus fretados pelas entidades não puderam deslocar-se até as proximidades do Palácio: foram obrigados a parar nas imediações do estádio do Morumbi.

Mas a passeata subiu com ímpeto as ladeiras longas e sinuosas, e, por volta das 15h15, milhares de manifestantes terminaram por concentrar-se diante dos portões do Palácio, onde já os aguardava um numeroso contingente de funcionários públicos e de estudantes das Fatecs.

Os muitos cartazes e faixas registravam a indignação com a atitude de Alckmin para com o setor público, por exemplo: “USP, Unesp e Unicamp agradecem a São Zeraldo pelas desgraças alcançadas”, “Mais investimentos na Educação”, “RTV Cultura, Não às Demissões” (esta, do Sindicato dos Radialistas). Sem falar no cartaz impresso do Fórum das Seis: “Zeroaldo Alckmin faz mal à Saúde e à Educação”.

Comissão na Casa Civil

Por volta das 15h00 já se falava que o secretário da

Casa Civil, Arnaldo Madeira, receberia uma comissão de manifestantes. Mas somente às 16h30, após intermediação do deputado federal Ivan Valente (PT), é que se autorizou a entrada de uma comissão, formada por representantes da CUT Nacional, CUT-SP, Fórum das Seis, DCE-USP, Sinteps, Apeosp, Sindsaúde, Sintraemfa e dos estudantes das Fatecs. A comissão foi recebida pelo secretário-adjunto da Casa Civil, Antonio Floriano Pesaro, porém a conversa não trouxe qualquer avanço.

Os jornais destacaram o conflito no portão nas primeiras páginas, mas deixaram de informar as medidas repressivas da PM para dificultar o acesso dos manifestantes, de mostrar imagens da passeata que seguiu do Morumbi até o Palácio, e de registrar o conteúdo e a razão do protesto contra o executivo estadual.

Funcionários públicos e estudantes mobilizaram-se para levar ao Palácio dos Bandeirantes o protesto das categorias contra o arrocho salarial e o sucateamento dos serviços públicos



Fórum das Seis envia contraproposta ao Cruesp

Na reunião de sexta-feira, 25 de junho, após o ato no Palácio dos Bandeirantes, o Fórum das Seis, baseado nas deliberações que vieram das suas assembleias, que em absoluta maioria indicavam o índice de 9,41% na data-base, enviou ofício ao presidente do Cruesp com três pontos fundamentais:

1) Índice de 9,41% na data-base;
2) Mudança do parâmetro de 32,4 bilhões na fórmula de política salarial para 32

bilhões;

3) Pedido de reunião com a comissão técnica e com o Cruesp para terça-feira, 29 de junho.

A tabela em anexo indica as estimativas de reajuste com a fórmula em negociação com o Cruesp com diversos parâmetros de limiar de reajuste, inclusive o de 32 bilhões, proposto pelo Fórum das Seis.

É fundamental que o Cruesp reverta sua posição de intransigência e retome

Estimativa de Reajuste pela fórmula de Política salarial

Origem da referência	Referência para cálculo do excedente de arrecadação (R\$bi)	Estimativa de reajuste		
		Outubro/04	Janeiro/05	Total
Orçamento do Estado	31,2	6,0%	2,5%	8,6%
Intermediário	32,0	3,1%	2,0%	5,1%
Proposta do Cruesp	32,4	1,6%	1,8%	3,4%

a negociação com o Fórum das Seis.

Além desta providência o Fórum também indicou a continuidade da greve, apro-

vada por unanimidade na nossa Assembleia de ontem (28/6), assim como o calendário de luta na LDO indicado pela Assembleia da Adusp.

Assuntos não tão marginais assim

Esta nossa greve faz des-pontar em nossas as-sembléias alguns temas “marginais” que vale a pena registrar em nosso Informativo. Eis alguns:

1. É comum ouvirmos que, se o repasse do ICMS para as três universidades públicas de São Paulo fosse aumentado dos 9,57% para 11,6%, as universidades públicas estariam deixando a descoberto outros serviços públicos, como a educação básica e a saúde, por exemplo. Isso está longe de ser verdade, bastando atentar para o fato de que nosso Estado aplica apenas cerca de 3,5% do PIB em educação em todos os níveis e modalidades. Qualquer país minimamente preocupado com o futuro de sua população, mesmo que já tenha um sistema educacional bem estruturado, gasta pelo menos de 5% a 6% do seu PIB em educação. Desta forma, para demonstrar a mesma prioridade dos franceses, que aplicam 5,8% do PIB para manter seu sistema educacional funcionando, nosso Estado deveria aumentar em 70% a aplicação de recursos em educação. Assim, aumentar em 20% o repasse do ICMS é até uma reivindicação bem modesta!

2. É lamentável a atitude dos Reitores de nossas universidades, que agem como se fossem secretários do Governador e não como dirigentes de instituições que, pela Constituição da República, gozam de “...autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial...” (trecho do Artigo 207 da Constituição Federal de 1988). Essa autonomia, inscrita na Constituição, foi fruto das lutas do movimento estudantil e docente e de outras entidades educacionais que se empenharam por décadas para garantir a independência do pensamento crítico na universidade e por sua expansão com qualidade. Assim,

essa história de lutas não nos permite admitir que as três universidades públicas de São Paulo atuem como meras correias de transmissão de políticas de pesquisa e de ensino propostas pelas agências de fomento. Menos ainda podemos admitir argumentos que, lembrando a Lei de (Ir)Responsabilidade Fiscal, são utilizados em nossas negociações de data-base.

3. É necessário salientar o fato de que, em 2001, apenas 6,8% dos ingressantes no ensino superior matricularam-se numa instituição pública no Estado de São Paulo, razão bem inferior à encontrada nos outros Estados; fica claro que temos muito a caminhar. Quem se lembra ou sabe que a exigência da expansão pública do ensino superior também foi transformada em cláusula constitucional, desta vez na

Constituição do Estado de São Paulo (Artigo 253), de 1989? Os três Reitores deveriam lutar para que nossas constituições sejam respeitadas.

4. É comum ouvirmos que diretores de unidades exercem pressões e ameaças a funcionários que aderiram à greve. Isso nos faz lembrar de outra campanha em que docentes, estudantes e funcionários têm-se empenhado nas últimas décadas: a luta pela democratização da estrutura de poder na universidade.

5. Por último, não podemos deixar de mencionar as iniciativas e/ou propostas que têm



Passeata de 25/6: protesto contra Alckmin ganha as ruas

emanado do governo federal, em nome de uma propalada “Reforma Universitária”, que mais parecem medidas de ajuste ao modelo econômico vigente: novas formas de captação de recursos, utilização de vagas no sistema privado para os

excluídos do ensino superior, “educação” superior à distância, aumento da relação aluno por professor, entre outras.

São questões que lembram a terceira margem do rio, mas que não são marginais ao nosso movimento.

A luta na LDO

Uma das atividades fundamentais da nossa greve é a pressão no governo e na Assembléia Legislativa (AL) para ampliação da dotação das universidades estaduais na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Cinco partidos na AL fizeram 11 propostas de aumento da dotação orçamentária da USP, Unesp e Unicamp na LDO, que variam entre 10% e 11,8%.

Estas emendas deverão passar pela Comissão de Finanças e Orçamento da AL, cujo relator para LDO é o deputado Roberto Engler, ex-professor da USP em São Carlos e da Unesp. Em entrevista com uma comissão de professores da USP, o deputado Engler declarou que faria exatamente o que foi encomendado pelo governo Alckmin: em seu relatório permaneceriam apenas as

emendas de interesse do governo. Não é à toa que fomos ao Palácio dos Bandeirantes, pressionar o Governador para obter mais verbas para a educação em S. Paulo!

É importante entender o processo legislativo sobre o qual deveremos exercer pressão :

1) As emendas submetidas à LDO serão, inicialmente, decididas na Comissão de Finanças e Orçamento. A que forem aprovadas constarão do relatório da Comissão. Como o governo controla a AL, agredindo a necessária independência entre os poderes em uma República, o parecer do relator é muito importante e precisamos ficar atentos;

2) Caso alguma emenda que nos interessa não conste do relatório da Comissão de Finanças e Orçamento, deveremos obter do colégio

de líderes que inclua uma delas no roteiro de votação para destaques. Portanto, é necessário discutir com deputados e líderes dos diversos partidos na AL para obter a possibilidade de votar, como destaque, uma emenda de aumento da dotação das universidades na LDO. Neste caso, é necessário disposição de negociação, pois poderemos ter de aceitar uma emenda que, muito embora seja um avanço, esteja aquém dos 11,6% que reivindicamos;

3) Uma vez em plenário e com uma emenda de nosso interesse em destaque, haverá votação nominal. Como o executivo tem tido constantemente cerca de 63 dos 94 votos na AL, fica óbvia a necessidade de pressão intensa sobre os deputados para obter os votos necessários à aprovação que desejamos.

A descrição deste processo mostra que temos uma tarefa árdua à nossa frente. Cabe registrar que em 1991 e 1994 foi possível obter as vitórias na LDO que passaram os 8,4% originais para 9% e depois para 9,57%, respectivamente.

As atividades fundamentais de pressão sobre os deputados, além do envio de fax, e-mails e visitas em seus locais de origem (que os colegas da Unicamp e Unesp estão fazendo, inclusive com a contratação de “outdoors”), incluem o contato direto, a presença constante na AL. É fundamental que cada um de nós participe ativamente desta luta em prol da universidade pública em São Paulo. As idas à AL constam do calendário de atividades divulgado neste Informativo. **Participe!**